

O princípio pluralista: bases teóricas, conceituais e possibilidades de aplicação

The pluralist principle.
Theoretical, conceptual
and application possibilities

*Claudio de Oliveira Ribeiro**

Resumo: O texto apresenta resultados de pesquisa realizada a partir de esforços de avaliação sobre a teologia latino-americana no tocante aos desafios suscitados pelo pluralismo. Trata-se de uma análise crítica de sua metodologia, tendo em vista contribuir com o seu aprimoramento e com a indicação de respostas mais adequadas e mais consistentes ao quadro crescente de complexidade da realidade social e de pluralismo, sobretudo religioso. Este cenário é emoldurado pelos fatores econômicos e marcado por uma emergência de subjetividades, além de ser também moldado por um quadro de pluralismo em diferentes aspectos cada vez mais intenso nas sociedades e culturas. Para este esforço crítico foi conceituado o *princípio pluralista*. Metodologicamente, foram dados os seguintes passos: (i) síntese de perspectivas teológicas no campo da teologia ecumênica das religiões, (ii) análise de fontes que realçam aspectos da complexidade cultural, da subjetividade humana, da pluralidade,

* Doutor em Teologia, Professor titular de Teologia e Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo, Pastor Metodista e assessor das Comunidades Eclesiais de Base e de movimentos ecumênicos.

da alteridade e da ecumenicidade, e (iii) análise da importância pública das religiões e da força dos movimentos contra hegemônicos, a partir do *princípio pluralista*.

Palavras-chave: Princípio pluralista; Pluralismo religioso; Teologia latino-americana; Alteridade.

Abstract: The text presents results of research carried out from evaluation efforts on Latin American theology regarding the challenges posed by pluralism. It is a critical analysis of its methodology, with a view to contributing to its improvement and indicating more adequate and more consistent responses to the growing complexity of social reality and pluralism, especially religious. This scenario is framed by economic factors and marked by an emergence of subjectivities, in addition to being also shaped by a framework of pluralism in different aspects increasingly intense in societies and cultures. For this critical effort, the pluralist principle was conceptualized. Methodologically, the following steps were taken: (i) synthesis of theological perspectives in the field of ecumenical theology of religions; (ii) analysis of sources that highlight aspects of cultural complexity, human subjectivity, plurality, otherness and ecumenicity; (iii) analysis of the public importance of religions and the strength of counter-hegemonic movements, based on the pluralistic principle.

Keywords: Pluralistic principle; Religious pluralism; Latin American theology; Otherness.

Introdução

Esta pesquisa é fruto de esforços de avaliação sobre a teologia latino-americana que realizei nos últimos anos. Trata-se de uma análise crítica de sua metodologia, tendo em vista contribuir com o seu aprimoramento e com a indicação de respostas mais adequadas e mais consistentes ao quadro crescente de complexidade da realidade social e de pluralismo, sobretudo religioso. Este cenário é emoldurado pelos

fatores econômicos e marcado por uma emergência de subjetividades, além de ser também moldado por um quadro de pluralismo em diferentes aspectos cada vez mais intenso nas sociedades e culturas. Para este esforço crítico, acompanho com atenção o que denomino de *princípio pluralista*.

Inspirado na contribuição do renomado teólogo Paul Tillich, que cunhou em sua Teologia Sistemática a noção de ‘princípio protestante’, e como herdeiro da visão teológica latino-americana da libertação, em especial a ideia do ‘princípio misericórdia’, de Jon Sobrino, intuí que o princípio pluralista – recorrente no pensamento de variados autores e autoras, latino-americanos e de outros continentes – possibilita uma contribuição singular e expressiva tanto para as análises teológicas quanto para o campo das ciências da religião.

No caso dos grupos religiosos, por exemplo, mas também em círculos acadêmicos e políticos, há no interior deles reações que revelam certo mal-estar com o pluralismo, o que gera posturas defensivas, por vezes agressivas e de intolerância. Ao mesmo tempo, há reações que mostram abertura e um bem-estar diante do pluralismo, vendo nele um valor, uma graça, um espelho para aprofundamento da fé e dos valores fundamentais da vida. E como a fé cristã vivida no contexto latino-americano se situa diante dessas perspectivas?

No campo teórico, na maioria das vezes articulado com aspectos práticos das vivências religiosas e políticas, há, desde os anos de 1980, uma série de avaliações críticas da teologia latino-americana da libertação, referência teológica de sublime importância para numerosos grupos e gerações. Valorizamos as análises que fazem os questionamentos “por dentro”, com avaliações efetuadas ad intra e em compromisso com os princípios práticos e teóricos fundamentais desta visão teológica, sobretudo a preferência que o Evangelho nos exige que se dê às pessoas pobres.

Nossas avaliações apontam a densa e a variada riqueza do legado teológico latino-americano para as novas gerações. Dele emergem

especialmente a dimensão comunitária da fé cristã, as bases sociais e políticas do compromisso cristão com a defesa da vida, com a solidariedade humana, com a sustentabilidade do mundo, com as formas de inclusão em seus diferentes níveis, com o aprofundamento da democracia e a busca da cidadania, com a valorização do pluralismo, com o exercício dos direitos humanos e com a integridade da criação. Este patrimônio histórico-teológico precisar ser recriado permanentemente.

No tocante ao debate sobre o pluralismo religioso, é possível afirmar que as últimas décadas do século 20 – e as primeiras do corrente – desafiaram os/as cientistas da religião e teólogos/teólogas, em especial pelas mudanças socioeconômicas e as implicações delas na esfera religiosa. A sedução que as formas de consumo na lógica do capitalismo exercem sobre as pessoas tornou o sistema econômico, especialmente pela sua tendência totalizante, um substitutivo do religioso. Ao mesmo tempo, o leque de influências filosóficas e teológicas é tamanho que se torna árdua tarefa até mesmo descrever o cotidiano doutrinário, teológico e prático de uma comunidade religiosa. O fato é que a vivência religiosa no Brasil sofreu, nas últimas décadas, fortes mudanças. Alguns aspectos do novo perfil devem-se à multiplicação dos grupos orientais; à afirmação religiosa afro-brasileira; à visibilidade de grupos islâmicos e judeus, ao fortalecimento institucional dos movimentos católicos de renovação carismática; às expressões espiritualistas e mágicas que se configuram em torno da chamada Nova Era; e ao crescimento evangélico, em especial, o das igrejas e movimentos pentecostais e de grupos religiosos alternativos aos perfis tradicionais.¹ Todas estas expressões, além de outras, formam um quadro complexo e de matizes as mais diferenciadas.

¹ Uma análise da diversidade religiosa brasileira a partir do censo do IBGE pode ser encontrada em *Religiões em movimento: o censo de 2010* (Petrópolis: Vozes, 2013), organizada por Faustino Teixeira e Renata Menezes. O tema da diversidade religiosa também está em *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas* (Petrópolis: Vozes, 2006), organizada pelos mesmos autores.

1. Complexidades, subjetividades e pluralidades

Diante dos esforços em forjar e garantir o referido legado teológico latino-americano há desafios enormes que marcam o contexto atual. Não obstante a muitas e diversificadas análises, reconhecemos que não é tarefa simples indicar tais desafios. Há, no entanto, três aspectos que têm mobilizado a atenção de teólogos e de teólogas, e que a mim tocam de forma bem intensa. O primeiro deles é a tarefa de alargamento metodológico e de atualização nas formas de compreensão da realidade, pressuposto sempre presente nas teologias de caráter social e político. No caso latino-americano, trata-se de avaliar o peso dos esquemas reducionistas que utilizaram em demasia a bipolaridade “dominantes x dominados” devido à influência de certas formas de marxismo nas análises sociais, ocultando por vezes a complexidade social. Nesse sentido, seguindo as teorias de complexidade, defendemos uma lógica plural para o conhecimento das situações em que vivemos.

Um segundo desafio está em torno das questões relativas à emergência das subjetividades na atualidade. Esta dimensão se conecta com a espiritualidade. Não foram poucas as vezes em que a Teologia da Libertação foi acusada de não ter espiritualidade. É fato que as dimensões racionais presentes no método teológico latino-americano, como as mediações socioanalíticas para a compreensão da realidade, o rigor nas exegeses bíblicas e nas avaliações históricas e as formas articuladas de ação eclesial e política marcam uma ambientação de racionalidade que talvez possam inibir formas mais subjetivas de espiritualidade. No entanto, a mística evangélica é parte constitutiva da participação cristã nos processos de libertação social. Daí, a emergência de grandes desafios teológicos e pastorais, em geral requerendo uma abertura a visões que valorizem a subjetividade e formas mais autênticas de espiritualidade.

Um terceiro desafio reside em torno dos encontros e desencontros da teologia com a pluralidade. A teologia latino-americana priorizou o

dato político para suas interpretações e nem sempre esteve atenta às diferenças culturais, que, no caso de nosso continente, são fortemente híbridas e entrelaçadas com a diversidade das expressões religiosas. Também pouco esteve atenta para as demandas da vida que surgem com as dimensões do cotidiano e com os aspectos fundamentais da vida humana como a corporeidade e a sexualidade. Portanto, está diante da teologia latino-americana a tarefa de aprofundar os seus esforços, mesmo com as suas limitações e ambiguidades, e, guiada pelo *princípio pluralista*, refletir sobre as demandas que a sociedade apresenta e que recaem sobre o quadro de pluralismo, seja o que está em torno das questões do método teológico, do quadro religioso ou de questões de natureza antropológica. Estas últimas podem ser exemplificadas na capacidade de alteridade ecumênica, nas formas autênticas de espiritualidades integradoras, inclusivas e ecológicas, e no valor da corporeidade e da sexualidade na reflexão teológica e nas ações concretas de afirmação da vida.²

São muitas as preocupações e as vozes que o debate sobre o pluralismo suscita, especialmente o religioso. Como se sabe, a diversidade religiosa no Brasil gera novos desafios em diferentes campos do conhecimento, especialmente no das ciências da religião e da teologia. Não obstante ao fortalecimento institucional e popular de propostas religiosas com acentos mais verticalistas, em geral conflitivas, fechadas ao diálogo, marcadas por violência simbólica e de caráter fundamentalista, o campo religioso experimenta também formas ecumênicas de diálogo entre grupos religiosos distintos.

Diante desse quadro ambíguo surgem diferentes perguntas: Quais são as principais características dessa pluralidade? Como tal realidade, especialmente com as suas contradições, incide no quadro social e político e vice-versa? Como elas interferem no fortalecimento de uma cultura democrática e de práticas afins? Como podem conviver

² Cf. RIBEIRO, C. *Testemunho e libertação*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

no mesmo tempo e espaço social práticas religiosas fechadas ao diálogo e outras que defendem a pluralidade e a aproximação entre grupos religiosos? Quais são as possibilidades para fortalecimento e valorização do pluralismo religioso? Essas e outras perguntas similares não encontram respostas razoavelmente seguras. Há um longo e denso caminho de reflexão em direção ao amadurecimento delas. Os limites de nossa reflexão no momento não possibilitam equacioná-las. Todavia alguns passos precisam ser dados.

No campo prático, entre os elementos facilitadores, está a percepção de que na medida em que as pessoas e os grupos, nas bases, nas atividades práticas, nos espaços de formação religiosa e política e em encontros das mais diversas naturezas contam com a participação de pessoas e grupos de confissões ou religiões diferentes, elas vão mergulhando cada vez mais no universo plural que a sociedade hoje representa. Mais que isso, elas aprendem a fugir das respostas rápidas e unívocas e descobrem a existência de formas diferentes de compreender o mundo, a vida e a missão religiosa – igualmente válidas. Além disso, e em plano semelhante, compreendemos que o diálogo supõe que cada um dos lados seja autenticamente ele mesmo e como tal se manifeste, se revele e seja acolhido, explicitando e questionando os diferenciais de poder que podem em tese perpetuar ou dissimular formas de dominação. Ao conhecer melhor o outro, cada um conhece melhor a si. O que poderia parecer um fator que aprofunda as distâncias torna-se caminho privilegiado de uma nova visão espiritual. Estes aspectos marcam a concepção de ecumenicidade, cara às análises teológicas, mas igualmente importante para as questões metodológicas no campo das ciências da religião.

2. O princípio pluralista

Como linha condutora das reflexões sobre a diversidade religiosa, mas também sobre os aspectos de pluralismo metodológico e antropológico, pois são interconectados, está o *princípio pluralista*.

Ele é um instrumento hermenêutico de mediação teológica e analítica da realidade sociocultural e religiosa que procura dar visibilidade a experiências, grupos e posicionamentos que são gerados nos “entre-lugares”, bordas e fronteiras das culturas e das esferas de institucionalidades. Ele possibilita divergências e convergências novas, outros pontos de vistas, perspectivas críticas e autocríticas para diálogo, empoderamento de grupos e de visões subalternas e formas de alteridade e de inclusão, considerados e explicitados os diferenciais de poder presentes na sociedade.

Nossa pressuposição é que o *princípio pluralista*, formulado a partir de lógicas ecumênicas e de alteridade, possibilita melhor compreensão da diversidade do quadro religioso e também das ações humanas. Não se trata apenas de uma indicação ética ou “catequética”. Com ele, as análises tornam-se mais consistentes, uma vez que possibilitam melhor identificação do “outro”, especialmente as pessoas e grupos que são invisibilizados dentro da lógica sociológica que Boaventura de Souza Santos chamou de “sociologia das ausências”.³ A sensibilidade com as distintas expressões culturais ou religiosas, majoritárias ou minoritárias, fronteiriças ou não, contribui para uma “sociologia das emergências” de novos rostos, variados perfis religiosos, multiplicidades de olhares, perspectivas e formas de atuação. Seguimos a concepção de *entre-lugar*, como trabalho fronteiro da cultura, conforme indica Homi Bhabha, na obra *O local da cultura*⁴, que requer um encontro com “o novo” que não seja mera reprodução ou continuidade de passado e presente. Para as nossas reflexões, especialmente no que comumente nos referimos à necessidade de alargamento de horizontes metodológicos, consideramos que o “local da cultura” [para usar o sugestivo título da obra do autor] é fundamental no processo que advogamos de estabelecer mediações socioanalíticas para as interpretações teológicas. O conceito entre-lugar está

³ Cf. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

⁴ Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

relacionado à visão e ao modo como grupos subalternos se posicionam frente ao poder e como realizam estratégias de empoderamento. Tais posicionamentos geram entre-lugares em que aparecem com maior nitidez questões de âmbito comunitário, social e político. A posição de fronteira permite maior visibilidade das estruturas de poder e de saber, o que pode ajudar na apreensão da subjetividade de povos subalternos.

O *princípio pluralista*, portanto, arquitetado sob as duas referidas grandezas – alteridade e ecumenicidade – pode reforçar as experiências religiosas que se constituem como aprofundamento dos processos de humanização, da democracia, da cidadania, e da capacidade contra-hegemônica na defesa de direitos humanos e da terra. O mesmo é possível afirmar em relação à necessidade de tais experiências serem vistas e analisadas considerando-se as relações assimétricas de poder presentes na sociedade. Em ambos os casos, alteridade e visão ecumênica são chaves significativas de interpretação do quadro de pluralismo religioso.

Nosso objetivo é aplicar o *princípio pluralista* em variadas direções. No caso das avaliações sobre o método teológico, nossa preocupação é fugir das formulações simplificadoras e redutoras. Neste ponto centramos a atenção tanto naquelas visões teológicas forjadas pelas engrenagens eclesiásticas, em geral castradoras do pensamento crítico divergente, quanto as que foram demasiadamente marcadas por perspectivas científicas dogmáticas. Neste segundo caso estão formas de uso do instrumental marxista de análise social, feito sob chave cientificista, dualista e dicotômica, por alguns setores da teologia latino-americana da libertação.

Quanto ao primeiro caso – o fator eclesiástico como engessamento e enferrujamento do labor teológico –, seguimos as indicações do teólogo Rubem Alves cuja compreensão revela que a vida eclesial seguindo o padrão bíblico que realça as críticas proféticas provenientes tanto do Antigo Testamento como do Novo está sempre fundamentada

em tensões dialéticas que exigem e criam novas realidades. Nesse sentido, estão presentes na vida da Igreja [e poderíamos estender às religiões em geral] as tensões entre o *eclesial* (dimensões mais vivas e criativas da vivência comunitária da fé cristã) e o *eclesiástico* (dimensões formais, jurídicas e institucionais da igreja). Da mesma forma, situam-se as tensões entre movimento & instituição, fé & religião, simbólico (que une/religa) & diabólico (que separa) e outras similares. O autor aponta que historicamente as instituições recorrem aos seus mecanismos para impor a interpretação da realidade e os comportamentos normativos correspondentes. Por outro lado, as pessoas e grupos, com a percepção de um mundo e uma realidade diferentes e vivenciando problemas novos que resistem às programações institucionais, se desviam das instituições. Elas, que num momento originário foram criadas como expressão e instrumento de pessoas, passam a ser vividas como obstáculo e repressão.⁵

Em termos do campo religioso cristão brasileiro, temos elencado uma série de questões que somente poderiam ser melhor equacionadas se as práticas das igrejas fossem desenvolvidas mais livremente, sem engessamentos ou amarras institucionais, em formas de redes ecumênicas mais amplas, que envolvessem pessoas e grupos no interior das igrejas e de fora delas. O ecumenismo formal das igrejas tradicionais deixa de beber de fontes preciosas advindas das experiências de uma série de pessoas e grupos que em geral estão fora da institucionalidade eclesiástica ou ecumênica. Com o *princípio pluralista* procuramos dar visibilidade, por exemplo, ao número significativo de pentecostais e batistas que atuam em áreas periféricas como favelas e ocupações rurais e urbanas, comunidades evangélicas inclusivas que integram pessoas homoafetivas na dinâmica eclesial, incluindo o ministério pastoral, grupos de juventude ecumênica que transitam por diferentes expressões religiosas cristãs e não cristãs, e que propõem

⁵ Cf. ALVES, R. *Dogmatismo e tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 40-1 e 45

novas pautas políticas e pastorais, fóruns inter-religiosos em torno de místicas ou de discussão de políticas públicas orientadas pela laicidade do Estado, grupos de mulheres, católicas e evangélicas, que lidam com situações complexas e cotidianas em torno da corporeidade, da sexualidade e da liberdade, lideranças negras que discutem formas de inculturação da fé, articulação de grupos que debatem situações concretas em torno dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA), círculos e espaços teológicos autônomos.

Se os círculos teológicos ouvirem as vozes dos grupos aos quais nos referimos muito provavelmente seria mantida no horizonte a perspectiva de libertação sociopolítica, firmada na visão evangélica do valor dos pobres e na lógica de “outro mundo possível” dentro das referências de uma sociedade justa e participativa para além da democracia formal. No entanto, considerando o *princípio pluralista*, seríamos mobilizados para também dar outros passos. Por diferentes razões, mas todas elas calcadas em certa sensibilidade com os “sinais dos tempos”, como se espera de uma teologia ecumênica pluralista, alguns aspectos podem ser indicados. Como exemplo, poderíamos lembrar o desafio de espiritualidades ecológicas devido à crise de sustentabilidade da vida, o de espiritualidades ecumênicas em função da valorização do pluralismo religioso crescente hoje na sociedade, e o de espiritualidades inclusivas, em especial movidas pelo lugar e pelo valor da sexualidade humana no processo teológico por ser elemento estrutural da vida e o de espiritualidades comunitárias nas quais a vivência em comunidade realce a gratuidade, a liberdade e autenticidade humana como contraponto às formas de violência, de individualismo, de consumismo, de insensibilidade humana e de segregação.

No debate sobre pluralismo religioso e a relação dele com a sociedade, seguimos a compreensão de que toda e qualquer ação ou reflexão sobre democracia e/ou direitos humanos requer análises mais consistentes e posicionamentos mais nítidos acerca das questões que

lhes são mais diretamente relacionadas. A lista não é pequena, mas destacamos o combate aos racismos, ao sexismo e ao homofobismo e a crítica ao sistema capitalista como produtor de desigualdades sociais, violência e pobreza. Realçamos que não se trata de questões paralelas, uma ao lado da outra, mas, sim, de um amálgama e entrelaçamento sociocultural que necessita de permanente e profunda crítica ao sistema econômico, com foco na reflexão e ação sobre as causas das divisões que acontecem na sociedade. No caso das religiões no Brasil, tanto pelas históricas dificuldades no tratamento de tais questões quanto pela riqueza teológica de vários grupos que reagiram aos processos dominantes e se colocaram francamente a favor do aprofundamento da democracia e dos direitos, esse processo avaliativo, reflexivo e propositivo torna-se cada vez mais imperativo.

É fato que um aspecto da prática ecumênica é a fragmentação das experiências. Não há, ainda, elementos de articulação dessas iniciativas, tanto no âmbito intracristão como no inter-religioso. No Brasil, elas são vividas por todos os cantos do País, todavia de forma diversa, modesta, por vezes embrionária, outras vezes com dimensão política mais acentuada, outras vezes, não. Algumas experiências conseguem continuidade, outras se fragilizam com a mudança da liderança religiosa. Umas têm caráter mais eclesial/comunitário e gratuito, muitas estão em torno de grupos para estudo da Bíblia, no caso cristão, ou de formas mais espontâneas de espiritualidade. Em alguns lugares, têm-se implementado projetos comuns de formação religiosa e, em outros, projetos sociais e econômicos, construindo parcerias com agências ecumênicas, comunidades cristãs e de outras tradições religiosas na busca por uma fé que incida publicamente na sociedade diante de suas questões, problemas e propostas de transformação.

Nessa implementação de projetos apontamos – como “sinal dos tempos” – a irrupção de um ecumenismo de face mais livre e popular, marcado pela construção de articulações mais espontâneas, organizadas em redes e fóruns autogestionáveis, com pessoas do campo e da

cidade, de distintas origens religiosas e experiências de fé, com diferentes lutas em movimentos sociais, populares e ecumênicos. Como prática, essa mobilização popular, movida pelas diversas espiritualidades, acontece na procura pela incidência pública e transformação das realidades de injustiça e de intolerância.

Nesse sentido, caminha-se também em busca da promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA). Os desafios são os mais diversos. Mesmo em meio às fragilidades, surge a criação de redes, o reflorescimento das juventudes na caminhada do movimento ecumênico – que é centenário –, a formação de novas lideranças e a presença cada vez mais diversificada de grupos religiosos distintos. Esta irrupção ecumênica pode e deve estar relacionada com um “ecumenismo confessional”, de tom mais eclesial, mas permanece além, transpassando estas iniciativas mais doutrinárias, construindo-se como outro espaço de espiritualidade e de incidência pública, não tão relacionado às práticas institucionais, mas às ações pessoais e comunitárias.

Com essas considerações, dois aspectos dessa diversidade e fragmentação da vivência ecumênica precisam ser ressaltados. Em primeiro lugar, aqueles que questionam a autenticidade do diálogo ecumênico intracristão ou inter-religioso nas bases, por estar, muitas vezes, calcado somente na figura do/a líder ou num pequeno grupo de pessoas, precisam considerar que isso pode ser extremamente significativo em virtude do caminhar histórico das igrejas cristãs e das religiões em geral. Em segundo lugar, é preciso olhar de forma especial e atenta para poder visualizar as vivências ou potencialidades ecumênicas nos diferentes espaços de atuação, caso tenhamos uma posição interessada motivada pelos processos de democratização e de reforço à pluralidade na sociedade.⁶

⁶ As reflexões sobre a prática ecumênica são variadas. Seguimos as indicações feitas ainda nos anos de 1980 por Julio de Santa Ana, em *Ecumenismo e Libertação* (Petrópolis: Vozes, 1987).

Quanto mais olharmos as vivências religiosas dentro de uma lógica plural que perceba suas conexões com as demais experiências humanas – religiosas ou não –, como se inter-relacionam e se interpelam e como podem expressar seus valores fundamentais, mais compreensíveis serão as linguagens da religião. Para isso, a teologia e as ciências da religião, sobretudo suas áreas de caráter mais hermenêutico que intentam analisar as linguagens da religião, precisam estar atentas.

No caso da aplicação do *princípio pluralista* ao quadro religioso em geral e nas possibilidades de aproximações inter-religiosas, levamos em conta que a visão pluralista nem anula as identidades religiosas, por um lado, e nem as absolutiza, por outro. A perspectiva pluralista olha as religiões em plano dialógico, considerando cada contexto, especialmente os diferenciais de poder que neles estão presentes. Não se trata de igualdade de religiões, mas de relações justas, dialógicas e propositivas entre elas. Uma visão panorâmica do quadro de pluralismo religioso no Brasil será apresentada na segunda parte deste nosso trabalho.

O *princípio pluralista* contribui para a visibilidade da importância pública das religiões nos processos de promoção da paz, da justiça e da integridade da criação. Para isso, devemos pressupor a conhecida tríplice dimensão do ecumenismo: a *unidade cristã*, a partir do reconhecimento do escândalo histórico das divisões e de uma preocupação em construir perspectivas missionárias ecumênicas; a *promoção da vida*, firmada nos ideais utópicos de uma sociedade justa e solidária e na compreensão que eles podem reger a organização da sociedade integrando todos os de ‘boa vontade’; e o *diálogo inter-religioso*, na busca incessante da superação dos conflitos, da paz e da comunhão justa dos povos. Portanto, o diálogo inter-religioso não é “uma” expressão ao lado do ecumenismo, mas o constitui em essência e proposta. Da mesma forma ocorre o interesse pelo aprofundamento da democracia e a defesa dos direitos humanos. Eles não são – ou

não deveriam ser – uma opção dos movimentos inter-religiosos, mas constituem a sua base de ação.

O *princípio pluralista* nos leva a defender a visão de que cada expressão religiosa tem sua proposta salvífica e de fé, que devem ser aceitas, respeitadas, valorizadas e aprimoradas a partir de um diálogo e de aproximação mútuas. Tal perspectiva não anula nem diminui o valor das identidades religiosas – no caso da fé cristã, a importância de Cristo –, mas as leva a um aprofundamento e amadurecimento, movidos pelo diálogo e pela confrontação justa, amável e corresponsável. Assim, a fé cristã, por exemplo, seria reinterpretada a partir do confronto dialógico e criativo com as demais fés. O mesmo deve acontecer com toda e qualquer tradição religiosa.

Consideramos que a visão pluralista supera outros modelos da teologia ecumênica cristã como aquele que considera Jesus Cristo e a Igreja como caminho exclusivo de salvação; o que considera Jesus Cristo como caminho de salvação para todas as pessoas, ainda que implicitamente, o que se denominou inclusivismo; e a perspectiva relativista na qual Jesus é o caminho para os cristãos, enquanto para os outros o caminho é a sua própria tradição, sem maiores esforços de autocríticas, revisões e mútua interpelação. Para a teologia cristã – e as demais perspectivas religiosas estariam de forma similar implicadas –, a concepção pluralista forjaria pelo menos duas questões fundamentais. A primeira seria em torno do sentido/significado das questões relativas à fé cristã (como Cristo, a Igreja, o Reino de Deus, a salvação, o Espírito Santo, a criação etc.) ao pensarmos em “um novo modo de fazer teologia” num contexto de pluralismo religioso. A segunda são as perguntas como o diálogo e a aproximação concreta entre as religiões contribuem para uma melhor compreensão da fé cristã (e das outras tradições) e suas conseqüentes implicações éticas no mundo.⁷

⁷ Cf. RIBEIRO, C. *Pluralismo e libertação*. São Paulo: Paulinas, 2014.

Além das noções de alteridade e ecumenicidade, o *princípio pluralista* está em conexão com outra noção igualmente destacada, que é a de polidoxia. Ela, apresentada pela teóloga oriental Kwok Pui-Lan,⁸ possui importância na medida em que inibe interpretações e ações bipolares (do tipo ortodoxia versus heterodoxia, ou mesmo verdade versus heresia). Ela, constituída por intermédio da crítica e do desmascaramento do pensamento único, e compreendida no contexto de multiplicidade, irrestringibilidade e relacionalidade das concepções religiosas.

O *princípio pluralista* realça elementos-chave da vivência religiosa e humana como a alteridade, o respeito à diferença e o diálogo e cooperação prática e ética em torno da busca da justiça em relação a grupos empobrecidos e subjugados pelas mais diferentes formas de dominação e pela busca do bem comum. A aproximação e o diálogo entre grupos de distintas expressões religiosas cooperam para que elas possam construir ou reconstruir suas identidades e princípios fundantes. Daí nossa ênfase no diálogo justo como condição imprescindível para se construir uma identidade autêntica, levando em conta os diferenciais de poder entre cada expressão religiosa. As diferentes perspectivas e expressões religiosas poderiam, a partir do diálogo, reconstruir permanentemente suas contribuições para o mundo, dentro dos critérios da justiça, da paz e da integridade da criação.

O *princípio pluralista*, em função de seu caráter relativizador, contribui para os processos de recuperação do sentido da gratuidade e nos leva à indicação da presença – e, ao mesmo tempo, a necessidade – de uma espiritualidade que possa corresponder aos processos sociopolíticos de aprofundamento democrático, de consolidação de direitos, de crítica às mais variadas formas de dominação, e à busca de alternativas à lógica imperial econômica. Tais visões de espiritualidade se expressam em aspectos práticos e concretos da vida social e

⁸ Cf. PUI-LAN, K. *Globalização, gênero e construção da paz*. São Paulo: Paulus, 2015.

política, como os processos de defesa da justiça social e econômica, dos direitos humanos e da terra, da cidadania e da dignidade das pessoas pobres. Elas reforçam, não obstante suas limitações e ambiguidades, espaços de consciência social, alteridade, coexistencialidade, cordialidade, humanização e integração cósmica.⁹

No caso da aplicação do *princípio pluralista* para a análise teológica de questões de fundo antropológico, reconhecemos que temos no presente momento apenas uma limitada contribuição no campo da pesquisa. Esta obra transparecerá bem essa limitação. Nosso desejo seria pensar teologicamente aspectos cruciais da vida humana e do cosmo, em uma linguagem nova, criativa, que pudesse fazer jus aos anseios e sonhos que alimentam milhares de pessoas no cotidiano. Reconhecemos que estamos distantes desta realização. Outras pessoas e grupos oferecem contribuições relevantes nestes aspectos e não temos dado conta de segui-los.

De nossa parte, enfatizamos que o *princípio pluralista* possui uma antropologia aberta, marcada por identidades em construção. Tal perspectiva realça a vivência comunitária e está associada a um dos importantes postulados da teologia protestante que é o sentimento de pertença gerado pela livre adesão à fé. A ela estão integradas diferentes dimensões. Uma delas é a da comunhão, base da fé e alternativa social tendo em vista as lógicas individualistas, consumistas e de insensibilidade que marcam a cultura capitalista nos dias de hoje. Também a dimensão da gratuidade, fonte igualmente transparente dos princípios teológicos protestantes, e que relativiza os esforços humanos e os mecanismos de autossalvação. Com o *princípio protestante* advogamos a recriação e o fortalecimento de vida comunitária devido ao seu potencial utópico. Com isso, se atenuam as formas de imediatismos e de absolutismos e se criam condições para expressões criativas de participação, de representação lúdica

⁹ Entre várias obras, veja BOFF, L. & HATHAWAY, M. *O Tao da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2012.

e de manifestação da graça. Integra também esse enorme desafio a dimensão da diaconia, que revela a expressão livre e gratuita do serviço ao outro e de empoderamento dos grupos empobrecidos, discriminados e subalternos. Ela está associada à graça e não a formas veladas de ‘salvação pelas obras’.

Na dimensão antropológica deveríamos elencar a necessidade de uma nova linguagem teológica, forjada nas expressões da corporeidade, da sexualidade e dos desejos humanos, associadas às dimensões místicas de formas de vida marcadas pela alteridade, pela afirmação da diferença, pela poesia e pelo empoderamento de grupos subalternizados como os de homossexuais, indígenas, trabalhadores, trabalhadores rurais, grupos de base especialmente de mulheres, de negros e de jovens. Há iniciativas significativas nesta direção realizadas por setores das teologias poéticas, feministas e *queer*, como as produções e iniciativas no campo latino-americano de Ivone Gebara, Elza Tamez, Rubem Alves, Marcella Althaus-Reid, James Alison e Andre Musskopf e outros. Temos procurado, ainda que com limitações, seguir as trilhas deixadas por esses autores e autoras.

3. A importância pública das religiões e a força dos movimentos contra-hegemônicos

Nossas pesquisas são desenvolvidas com a consciência de que há limites nos discursos relativos ao pluralismo religioso, incluindo aqueles construídos nas práticas de defesa dos direitos humanos e na valorização dos processos de humanização e cidadania. Muitas vezes tais discursos são cooptados pela força imperial do sistema capitalista e podem conviver com ela em certa harmonia e assimilação mútua. Há, por vezes, uma ausência de crítica à força do sistema econômico, responsável pelas violações fundamentais dos direitos, causando assim formas de cooptação, assimilação e harmonização com visões oriundas da democracia liberal formal.

Por isso, assumimos a perspectiva de alguns autores, como Boaventura de Souza Santos, por exemplo, especialmente em *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*,¹⁰ que defendem a necessidade de se estabelecer uma visão contra hegemônica dos direitos humanos. Consideramos que para atender a tal conceito, os diálogos e experiências inter-religiosas devem reunir tanto formas de serviço e de compaixão com o sofrimento humano quanto ações e manifestações públicas de protesto e contestação da injustiça social, em suas variadas matizes. As lutas contra hegemônicas pelos direitos humanos têm em perspectiva a mudança das estruturas sociais e econômicas responsáveis pelas formas de sofrimento injusto, segregações sociais e destruição da vida humana e da natureza. São lutas materiais relacionadas à economia política que está subjacente à produção e à reprodução de relações sociais desiguais.

Além de obras e de autores já citados que têm me acompanhado nos últimos anos e têm marcado minhas reflexões, foram de grande importância na pesquisa as leituras das obras: *Império*, de Antônio Negri e Michael Hardt,¹¹ *Para além do espírito do Império*, de Joerg Rieger, Nestor Miguez e Jung Mo Sung,¹² e *Formations of Modernity* [Formações da Modernidade], de Stuart Hall.¹³

Um dos elementos que esteve presente em nossas análises está ligado ao quadro de debates no campo dos estudos das religiões sobre o papel delas na atual sociedade e como se defrontam com as forças econômicas sistêmicas. Consideramos que tal avaliação contribui para uma compreensão mais adequada dos níveis de relevância das experiências inter-religiosas na defesa dos direitos humanos e no reforço de uma cultura democrática, seguindo o *princípio pluralista*. Há diversas análises que revelam a atenuação da força das

¹⁰ São Paulo: Cortez Editora, 2013.

¹¹ Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹² São Paulo: Paulinas, 2012.

¹³ Oxford, UK, Blackwell Publishers Ltd., 1992.

expressões religiosas como tais como fator que, em última instância, determina a organização e a reorganização da vida social. No lugar delas, para muitos autores, como Walter Benjamin e Paul Tillich,¹⁴ por exemplo, conforme assinalamos em nossas reflexões, situaria o sistema econômico. Mais precisamente é possível afirmar que para eles o capitalismo tornou-se uma religião; ou seja, o capitalismo como religião torna-se a força mobilizadora da vida social. Um de nossos objetivos nessa pesquisa foi avaliar tal fronteira e entendê-la como um elemento que não anula a importância das religiões como tais nos processos que interferem no aprofundamento da democracia e na defesa e ampliação de direitos, assim como em outros aspectos básicos da vida. As religiões, pela força histórica que possuem e pelo entrelaçamento com a cultura em diferentes níveis, têm sido molas propulsoras ou legitimadoras de processos sociais os mais diversos.

Não obstante a influência do sistema econômico nas formas e expressões religiosas – e o vigor do capitalismo como religião no mundo atual –, as religiões vivem e assentam suas práticas e perspectivas teológicas nas fronteiras do turbilhão conflitivo das forças hegemônicas imperiais na sociedade em tensão permanente com os processos contra hegemônicos que visam ao aprofundamento da democracia para além dos aspectos formais e à defesa radical dos direitos humanos. É no cruzamento da importância pública das religiões com a força dos movimentos contra hegemônicos na sociedade, em boa parte associados direta ou indiretamente a movimentos religiosos, que se reforça o interesse pelo pluralismo religioso entendido como valor e pelos esforços de diálogos inter-religiosos em seus diferentes níveis.

Os processos contra hegemônicos são variados e de diversas procedências e colorações ideológicas, sem uma estrutura centralizada de articulação, o que dificulta uma descrição precisa. No entanto, é possível afirmar que a complexidade deles pode ser equacionada naquilo

¹⁴ Em especial BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião* (São Paulo: Boitempo, 2013) e TILLICH, P. *The Religious Situation* (New York: Meridian Books, 1956).

que, no campo político, foi denominado “espírito dos Fóruns Sociais Mundiais”. Os movimentos em torno do Fórum Social Mundial, mesmo com suas contradições em função da natureza política ampla, variada e participativa, articulam a crítica ao sistema econômico com lutas antissistêmicas, incluindo as de naturezas étnicas, raciais, sexuais e as de grupos minoritários. Há uma série substancial de grupos religiosos que estão direta ou indiretamente ligados ao Fórum. Boa parte deles protagonizam experiências inter-religiosas de certa repercussão social e densidade no campo das espiritualidades. Todos se colocam com força anti-imperial. Eles retomam, assim, a produção teológica latino-americana que relaciona religião e dominação, especialmente aqueles estudos que destacam os aspectos de absolutização do poder econômico e político e como tais aspectos incidem negativamente nos processos sociais a ponto de inviabilizarem os processos democráticos e de garantia dos direitos humanos e da terra.

Compreendemos a concepção atual de Império como algo que se funda pela identificação de um conglomerado de forças econômicas, políticas e simbólico-culturais provenientes do funcionamento do capitalismo financeiro tardio, que convergem, sem a consideração de fronteiras ou de limites, para um domínio total na sociedade exercido globalmente por elites de intenso poder econômico e militar.

Os movimentos inter-religiosos que acompanhamos e analisamos, com base em suas ações práticas e processos de formação e de mobilização, especialmente com seus canais de interação com a sociedade civil e com o espaço público, expressam, considerados os seus limites e ambiguidades, uma visão crítica à lógica do Império. Eles, pelo menos em sua maioria, e não obstante suas contradições e limites, ao valorizarem a vida humana e a natureza acima dos interesses econômicos e ao darem visibilidade às pessoas pobres e aos grupos subalternos de diferentes naturezas, colocam em questão e evidência o espírito do Império e revelam, assim, uma reserva de sentido contra hegemônico. Os referidos movimentos destacam-se por

serem fontes significativas de recriação simbólica a partir de práticas de contestação ao sistema econômico e de ações de superação da destruição causada por ele à supressão de direitos, tanto relativos à vida humana como à natureza. As experiências revelam que isso acontece (ou pelo menos deve acontecer) não somente nas articulações políticas mais consistentes que se constituem como contra hegemônicas na sociedade, mas também na valorização e na educação para os direitos humanos nas dimensões cotidianas e ordinárias.¹⁵

Outro destaque em nossas reflexões diz respeito à missão religiosa. A dimensão ecumênica inter-religiosa, proveniente da fronteira entre o respeito à pluralidade religiosa e a crítica ao poder imperial – e realçada pelo *princípio pluralista* –, revela que os processos missionários devem ocorrer não mais pela força imperial e pela supremacia de uma religião sobre outras, mas, sim, por processos dialógicos e de cooperação ecumênica. Tal perspectiva gera um processo de retroalimentação teológica e prática, pois à medida que se estabelece a crítica às formas imperiais surgem, para os diferentes grupos religiosos envolvidos, possibilidades de revisão das formas de exclusivismo.

Vale ressaltar que tratamos das experiências inter-religiosas no contexto de emancipação humana, não mais visto sob o ângulo do individualismo moderno, mas no âmbito das forças contra hegemônicas na sociedade. Tal visão recupera o sentido da gratuidade e nos leva à indicação da presença – e, ao mesmo tempo, a necessidade – de uma espiritualidade que possa corresponder aos processos sociopolíticos de aprofundamento democrático, de consolidação de direitos, de crítica às mais variadas formas de dominação, e à busca de alternativas à lógica imperial econômica. Tais visões de espiritualidade se expressam em aspectos práticos e concretos da vida social e política, como os processos de defesa da justiça social e econômica, dos direitos humanos e da terra, da cidadania e da dignidade dos pobres.

¹⁵ Cf. RIBEIRO, C. *Religião, democracia e direitos humanos*. São Paulo: Reflexão, 2016.

Considerações finais

Nossa expectativa é que os resultados destas pesquisas, sobretudo a formulação do princípio pluralista, proporcionem referenciais teóricos mais precisos para as análises sociais, no tocante aos papéis da religião e do pluralismo, especialmente tendo em vista o aprimoramento de práticas sociais que visem ao fortalecimento democrático, à cidadania e à consolidação de direitos.

Esperamos também que tais resultados apresentem respostas às necessidades advindas da prática de setores que trabalham em variadas frentes, como a educação religiosa nas esferas públicas e privadas, confessionais ou não, os setores da imprensa e da mídia em geral nas abordagens do quadro religioso, e mesmo setores governamentais e não governamentais em torno da formulação de políticas públicas.

Nossa expectativa é semelhante com relação às demandas que surgem para grupos que atuam na prestação de serviços, de assessorias, de consultorias, docência e de avaliações do quadro religioso e do lugar das religiões nas questões sociais e políticas. A presença pública inter-religiosa no Brasil e o anseio por formulações plurais para a vida parecem ter fincado bases na sociedade para se fortalecerem e ganharem visibilidade e influência de forma crescente.

É certo que alguns aspectos das reflexões até aqui apresentadas precisam ser aprofundados em outros trabalhos. Desejamos que elas estimulem novas ideias, práticas e caminhos para uma compreensão mais adequada do pluralismo religioso e possam gerar novos debates, posicionamentos e horizontes plurais.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. *Dogmatismo e tolerância*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

- BOFF, Leonardo & HATHAWAY, Marc. *O Tao da Libertação: explorando a ecologia da transformação*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HALL, Stuart. *Formations of Modernity*. Oxford, UK, Blackwell Publishers Ltd., 1992.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MIGUEZ, Nestor; RIEGER, Joerg; MO SUNG, Jung. *Para além do espírito do Império: novas perspectivas em política e religião*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- PUI-LAN, Kwok. *Globalização, gênero e construção da paz: o futuro do diálogo interfé*. São Paulo: Paulus, 2015.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. *Pluralismo e libertação*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- _____. *Testemunho e Libertação: a teologia latino-americana em questão*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.
- _____. *Religião, democracia e direitos humanos: presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Reflexão, 2016.
- SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e libertação: reflexão sobre a relação entre unidade cristã e o Reino de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- SOBRINO, Jon. *O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (orgs). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TILLICH, Paul. *The Religious Situation*. New York: Meridian Books, 1956.
- _____. *Teologia Sistemática*. São Paulo/São Leopoldo: Paulinas/Sinodal, 1984.

Recebido em: 27/08/2017

Aprovado em: 26/10/2017